

AS MEMÓRIAS IDENTITÁRIAS NA GRAMÁTICA DO SÉCULO XIX: UMA INVESTIGAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

LARISSA DE FARIAS SILVEIRA*

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (Uemasul), Programa de Pós-Graduação em Letras – (PPGLE), Imperatriz, MA, Brasil.

SILVÂNIA APARECIDA ALVARENGA NASCIMENTO**

Universidade Federal de Catalão (Ufcat), Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL), Catalão, GO, Brasil.

Recebido em: 5 maio 2024. Aprovado em: 6 jun. 2024.

Como citar este artigo: SILVEIRA, L. de F.; NASCIMENTO, S. A. A. As memórias identitárias na gramática do século XIX: uma investigação historiográfica. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 24, n. 2, p. 243-258, maio/ago. 2024. DOI: 10.5935/cadernosletras.v24n2p243-258

Resumo

Este estudo tem como objetivo identificar as marcas da memória linguística indígena e africana na obra *Noções de grammatica portugueza*, de Silva Junior e

* E-mail: larissafariaslf2@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-1741-327X>

** E-mail: aparesilvania5@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-9532-5689>

Andrade (1887). Para alcançar nosso propósito, utilizamos a metodologia da historiografia linguística de Koerner (1996). A fundamentação teórica centra-se em Pollak (1992), Nora (1993), Biderman (2002) e Hall (2006). Nossas análises revelam que, na segunda metade do século XIX, as palavras de origem africana e indígena contribuíram para moldar a identidade nacional brasileira, destacando a relevância da língua como instrumento simbólico da afirmação cultural de uma nação.

Palavras-chave

Historiografia linguística. Memória. Identidade.

INTRODUÇÃO

A memória coletiva é um arcabouço dinâmico composto por lembranças, valores e símbolos compartilhados, desempenhando um papel fundamental na formação da identidade nacional. Nesse contexto, a língua se destaca como um instrumento essencial. Um exemplo desse fenômeno é a contribuição das línguas africanas e indígenas, que atuaram como fortalecedoras da língua pátria, visto que o português brasileiro (PB) é resultado do entrelaçamento dessas línguas com o português de Portugal (PP). Essa influência chegou ao auge no século XIX, quando o Brasil vivenciava grandes transformações no âmbito político e cultural. A proclamação da Independência em 1822 marcou o rompimento formal com os lusitanos, simbolizando o anseio por autonomia e identidade. No contexto cultural, o movimento romântico impulsionou o sentimento de pertencimento nacional, valorizando a cultura e a língua locais. Esse período foi marcado pela busca do Brasil de se desvincular de Portugal, impulsionando os brasileiros a explorar suas raízes e heróis como Peri e Iracema, na literatura. Além disso, acontecia a valorização das línguas indígenas e africanas nos manuais didáticos, visando fortalecer os símbolos pátrios. A língua tornava-se um elemento fundamental na construção da identidade e independência nacional.

Diante disso, este estudo tem como objetivo identificar as marcas da memória linguística indígena e africana na obra *Noções de grammatica portugueza*, de Silva Junior e Andrade (1887). A relevância deste estudo reside na importância de se reconhecer a interligação entre língua, cultura e memória, evidenciada pelo estudo das marcas linguísticas presentes em documentos

históricos, proporcionando a reflexão sobre as dinâmicas socioculturais que moldaram o panorama identitário do país. Além disso, contribui para a discussão sobre a necessidade de preservar e valorizar a diversidade linguística e cultural do Brasil. A fundamentação teórica centra-se em Pollak (1992), Nora (1993), Biderman (2002) e Hall (2006). Para alcançarmos nosso propósito, utilizamos a metodologia da historiografia linguística de Koerner (1996) ancorada nos princípios da contextualização, responsável por reconstruir o clima de opinião da época, proporcionando uma compreensão mais profunda das condições que influenciaram sua produção, levando em consideração fatores como os acontecimentos políticos e sociais, os movimentos culturais e literários, as ideias e os debates em circulação na época. Nesse sentido, buscamos entender as influências que inspiraram a produção do manual didático em análise.

Por sua vez, a imanência tenta estabelecer um conhecimento global e crítico do documento linguístico em questão, procurando revelar as camadas de significados presentes na gramática. Assim, a investigação historiográfica em obras, como as gramáticas, é crucial para o entendimento acerca da influência de elementos linguísticos de origem africana e indígena como expressões simbólicas desse processo identitário durante o século XIX. Ao analisarmos as mudanças políticas, econômicas, culturais, intelectuais, sociais e educacionais que permearam a obra de Silva Junior e Andrade (1887), podemos identificar como os autores buscavam legitimar a língua de povos postos à margem da sociedade daquela época. Nessa perspectiva, a historiografia linguística está vinculada com a história, contudo essa ciência é de caráter interdisciplinar, uma vez que pode envolver a sociologia, a linguística, a filosofia, entre outras.

A seguir, apresentamos os contextos social, político, educacional, intelectual, econômico e cultural da segunda metade do século XIX. Depois, abordamos as noções sobre memória e identidade, e analisamos a gramática. Por fim, expomos as considerações finais. Nessa perspectiva, iniciamos com a contextualização do período histórico em que foi produzida a gramática.

OS CONTEXTOS SOCIAL, POLÍTICO, EDUCACIONAL, INTELLECTUAL, ECONÔMICO E CULTURAL DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

A segunda metade do século XIX foi um período de grande efervescência cultural, política, social e intelectual no Brasil. Essas transformações influenciaram

profundamente a educação e o sentimento de pertencimento nacional por meio da língua que passava por um processo de consolidação como símbolo de identidade nacional. No contexto cultural, a literatura indianista emergiu como um movimento literário que buscava construir uma identidade nacional genuína. Obras como *Iracema*, de José de Alencar, que apresentava heróis e cenários inspirados na cultura indígena, contribuíram para forjar uma narrativa que conectava a língua à essência do povo brasileiro, retratando a beleza da natureza e a bravura do povo indígena, alimentando o sentimento de orgulho nacional.

O contexto do Brasil oitocentista é marcado, historicamente, em seus primórdios, com a chegada da família real ao Brasil, em 1808. Acontecimento esse que inicia, neste país, um “processo de transformação que a Colônia jamais tinha visto” (Nogueira, 2015, p. 53). Logo que chegou à Bahia, o rei D. João VI “cria ali a primeira escola de medicina brasileira. Ainda na Bahia, cria no Rio de Janeiro uma aula pública de Economia Política, ou Ciência Econômica, para ser regida por José da Silva Lisboa” (Sousa, 1972, p. 46). Esse século posteriormente é marcado pela Independência do Brasil (1822), a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889).

Nesse período histórico, segundo Nogueira (2015, p. 57),

[...] há o predomínio de um imenso sentimento de nacionalismo causado pela abolição da escravidão, a Independência e a República. Entre outros, tais fatos políticos e sociais influenciaram um movimento de valorização da cultura e um nacionalismo linguístico.

Isso ocorreu porque, mesmo após a independência, não houve uma ruptura total com a antiga metrópole, o que acentuava uma disputa política que também se manifestava por meio desse sentimento de nacionalidade que “era entendida como inseparável da cidadania e das lutas políticas” (Lima, 2006 *apud* Leite, 2015, p. 79).

A respeito do cenário político e educacional oitocentista, no final do século XIX permanece a mesma estrutura social e econômica colonialista, o que também se refletiu na educação (Nogueira, 2015, p. 57). Tal escolarização destinava-se às camadas privilegiadas da população, as únicas que tinham acesso assegurado à escolarização (Bastos, 1998 *apud* Nogueira, 2015, p. 56). A educação durante o período monárquico preconizava, sobretudo, a “preparação de especialistas a serviço da corte” (Nogueira, 2015, p. 53). Assim,

configura-se uma manutenção das desigualdades sociais vigentes no Brasil Colônia; além disso, a educação “foi quase sempre considerada atividade acessória, destinada unicamente a oferecer o ornamento necessário para distinguir uma minúscula elite da enorme massa de destituídos” (Neves, 2002, p. 48).

A corte portuguesa também era permeada da cosmovisão advinda da “vida mental portuguesa [...] infecunda”, que só veio florescer, no sentido de proporcionar reais avanços ao país, após ser alcançada pelos ideais liberais vindos da França (Sousa, 1972, p. 15). O movimento da Independência do Brasil, liderada por Dom Pedro I e influenciada pelo Iluminismo europeu, tinha um caráter de exclusão social, assim como a maioria dos benefícios advindos da transferência da corte portuguesa, pois,

[...] ao invés de dar origem à participação política e à noção de cidadania, a independência redundou num modelo de nação da qual a maioria ficou excluída, valendo a cultura política gerada pelos inúmeros textos impressos somente como um instrumento educacional da própria elite, a fim de garantir o lugar que ocuparia na estrutura de poder do futuro Império do Brasil (Neves, 2002, p. 60).

Além disso, a ruptura política com a metrópole não foi completa, e essas mesmas ideias revolucionárias vindas da França fomentaram o surgimento de um intenso sentimento ufanista que veio a permear o século XIX no Brasil. Assim, “paixões e fervores acompanhavam as palavras ‘brasileiro’ e ‘português’. Nada parecia ser neutro” (Lima, 2006 *apud* Leite, 2015, p. 79). Com efeito, as tendências renascentistas proporcionaram uma crescente valorização dos moldes greco-romanos, influenciando grandemente a escrita de literatura e gramática portuguesas com uma linguagem rebuscada. As gramáticas nacionais produzidas à época também se incluíam no fenômeno supracitado, denominado *pseudoetnologia*. A respeito de tais gramáticas, Martins (1998) diz que “não refletem a língua que então se escrevia e falava, mas a de séculos idos, considerando-se os modelos clássicos o ideal absoluto”.

É possível perceber esse fenômeno do nacionalismo nas gramáticas nacionais produzidas no século XIX, dentro de um contexto em que passa a desenvolver-se uma língua nacional própria, de modo que o Brasil também viesse a ter uma independência linguística em relação a Portugal. Uma dessas gramáticas, a de Júlio Ribeiro de 1881, de acordo com Vidal Neto (2010, p. 13, grifo do autor), foi a primeira a “registrar marcas relativas à *variante brasileira* do

Português” e a “gramatizar o português do Brasil”. O engajamento intelectual e político contribuiu para redefinir o papel da educação na formação da identidade nacional.

A centralização do poder nas mãos do imperador Dom Pedro II possibilitou investimentos em educação e cultura, impulsionando o desenvolvimento do país. As ideias iluministas e positivistas influenciaram as discussões sobre educação. A busca pela instrução pública e a valorização do conhecimento como instrumento de progresso foram fundamentais nesse período. A intelectualidade brasileira passou a reconhecer a língua como um veículo de expressão identitária, ligando-se aos ideais de uma nação em formação.

O cientificismo ganhou força, influenciando o debate sobre o papel da educação na construção da nação. De acordo com Boto (1996), houve um aumento notável no interesse pelo pensamento pedagógico a partir do século XIX. Nesse período, filósofos e pensadores, principalmente vinculados ao movimento francês da época, passaram a considerar o ser humano como profundamente influenciado pelo processo educativo ao qual estava submetido. Essa visão inovadora colocava a educação no cerne da formação do indivíduo, atribuindo a ela um papel abrangente.

Dentro desse contexto, a educação passou a ser encarada como um meio de transmissão de conhecimentos e de transformação social. Os filósofos desse movimento acreditavam que a educação poderia desempenhar um papel crucial na promoção de reformas sociais, agindo como catalisadora da mudança por meio da transformação do indivíduo. Nesse sentido, as práticas pedagógicas assumiram um caráter reformador, buscando instruir, moldar valores, atitudes e a sociedade como um todo. Essa abordagem ressalta a importância atribuída à educação como um agente de mudança e renovação social no século XIX.

Do ponto de vista econômico, a segunda metade do século XIX assistiu ao auge da produção cafeeira (Topik, 1987). O crescimento econômico resultante desse setor proporcionou recursos para investimentos em infraestrutura e educação. O desenvolvimento econômico foi acompanhado pela importação de ideias e práticas educacionais europeias, moldando a estrutura do sistema educacional brasileiro. A produção e exportação do café geraram riqueza e influenciaram o desenvolvimento urbano e industrial. A urbanização crescia, impulsionada pelo desenvolvimento da economia, principalmente cafeeira. Nesse período, as cidades recebiam migrantes de diversas regiões do país e do

exterior. Essa mistura de culturas e costumes contribuiu para a formação de uma população plural. No entanto, a concentração de renda nas mãos de uma elite oligárquica gerou desigualdades sociais e regionais.

As mudanças sociais refletiam as tensões decorrentes da abolição da escravidão em 1888, um evento que teve implicações profundas na estrutura social brasileira. A presença de uma população diversificada, composta por indígenas, africanos e europeus, ressaltava a riqueza da diversidade cultural e linguística. Em meio a essas transformações, a língua portuguesa se consolidou como um símbolo de união e pertencimento nacional. Conforme argumenta Fiorin (2009), a língua pátria se tornou um símbolo de união e pertencimento nacional durante o século XIX, devido à sua capacidade de integrar diferentes grupos étnicos e culturais dentro da Nova República. Esse processo de construção da identidade nacional envolveu a seleção de elementos culturais e linguísticos que passaram a ser considerados parte do patrimônio nacional.

O ensino da língua portuguesa foi expandido e modernizado, buscando promover uma identidade linguística comum entre os brasileiros. A criação de dicionários e gramáticas brasileiros contribuiu para a padronização, divulgação e manutenção da língua, e para a afirmação de sua autonomia em relação ao português lusitano. Além disso, nesse período o ensino primário tornou-se gratuito e laico, ampliando o acesso à educação para algumas camadas sociais. O ensino secundário também foi expandido, com a criação de ginásios e liceus em diversas cidades do país. Essas mudanças nos contextos social, político, educacional, intelectual, econômico e cultural do Brasil tiveram um papel crucial na formação da identidade nacional brasileira e na incorporação de elementos linguísticos de origem africana e indígena nas gramáticas do período.

NOÇÕES SOBRE MEMÓRIA E IDENTIDADE

Os estudos que abordam a relação entre memória e identidade revelam a complexidade envolvida no processo de formação do indivíduo. Conforme Halbwachs (2003, p. 71) aponta, “existem memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas”, destacando a natureza social da memória que incorpora diversos elementos, sendo a língua um dos principais. A língua, intrinsecamente ligada à cultura, desempenha um papel crucial na expressão da memória e identidade de um povo. Halbwachs (2003) destaca que as

memórias individuais são moldadas e influenciadas pelos contextos sociais nos quais os indivíduos estão inseridos. A partir dessa interação social, forma-se uma memória coletiva que reflete os elementos compartilhados por um grupo. No contexto linguístico, essa influência social é particularmente evidente, uma vez que a língua atua como um veículo essencial para a transmissão de valores, tradições e experiências que contribuem para a construção da identidade coletiva.

Em consonância com essas ideias, Hall (2006) assevera que a construção de identidade é um processo em constante movimento, sendo moldada por elementos da memória coletiva e individual. A língua, como instrumento simbólico, desempenha um papel central nesse processo, refletindo as experiências compartilhadas e as histórias que são contadas ao longo do tempo. Diante dessa assertiva, podemos verificar que é importante o papel da memória para o entendimento da identidade. A identidade é construída ao longo do tempo e se vale de pontos tomados como referência na memória.

Acerca dessa temática, o estudioso Hall (2006, p. 38) argumenta que “ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada”, processo que envolve a identificação e está em constante movimento, construindo histórias e buscando uma identidade, seja pessoal ou coletiva. Ainda segundo Hall (2006), tem-se a identidade cultural que se atrela ao sentimento de pertença com relação à linguística, à cultura, às etnias, às religiões, entre outros fatores. Para o autor, as mudanças que ocorrem na sociedade têm proporcionado a fragmentação do cenário cultural. Assim, considera que “estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (Hall, 2006, p. 9). Nessa perspectiva, compreende-se uma perda de sentido no ambiente social, proporcionando uma crise de identidade.

Para Pollak (1992), memória é um fenômeno construído social e individualmente. No contexto da memória herdada, o autor destaca a ligação fenomenológica estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Nesse contexto, a língua se destaca como um veículo importante para transmitir e preservar a memória coletiva de um grupo. Segundo o autor, a construção da identidade acontece em três pontos relevantes, a saber: primeiramente se destaca a “unidade física”, que trata das questões de demarcação em relação ao sentimento de pertença no tocante a um grupo que se propagam no tempo. Esse ponto enfatiza a importância de marcar limites e fronteiras em termos de identidade grupal.

Em seguida, o conceito de “continuidade dentro do tempo” aborda o encaideamento nas questões éticas e psicológicas no processo de construção da identidade. Essa continuidade refere-se à conexão entre diferentes momentos no tempo, contribuindo para a coesão e consistência da identidade ao longo da vida do indivíduo. E, por fim, o “sentimento de coerência” destaca a criação de sentidos internos que proporcionam harmonia à identidade. Esse ponto refere-se à capacidade de atribuir significado à própria identidade, garantindo que ela seja coesa e alinhada com o meio social no qual o indivíduo está inserido. Esses pontos atuam em conjunto e formam uma tríade na constituição da identidade.

Na abordagem de Nora (1993, p. 9), a memória se manifesta de forma “múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”, incorporando em si a dinâmica da vida, mutável, imprescindível, suscetível a deformações e manipulações que se constrói e reconstrói a partir das lembranças e dos esquecimentos “de longas latências e de repentinas revitalizações”. Desse modo, a memória se apresenta como um elo que entrelaça o presente e o passado. A formação da memória ocorre a partir da vivência de momentos, alimentando-se da pluralidade de lembranças particulares e coletivas. Nessa perspectiva, Pollak (1992) complementa que os acontecimentos, as pessoas, as personagens e os lugares são pontos importantes para a construção da memória.

No âmbito da memória nacional, Pollak (1992) destaca que há problemas relacionados ao seu enquadramento, visto que as datas oficiais são estruturadas de acordo com o ponto de vista político. Diante disso, o autor argumenta que “a memória nacional, constitui um objeto de disputa significativo, sendo comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo” (Pollak, 1992, p. 204). Nesse contexto, Pollak (1992) ressalta que a memória é algo construído, podendo acontecer de maneira consciente ou inconsciente por parte dos indivíduos, que decidem, em sua organização, o que deve ficar retido na memória e o que deve ser esquecido.

Nora (1993, p. 9) complementa ao destacar que “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado”. Essa relação é um ponto de convergência importante, pois a memória, conforme Nora (1993), é um laço que une as lembranças de um povo das gerações, indicando que o conhecimento da identidade de um grupo e de sua pertença social está intrinsecamente ligado ao entendimento da memória. Portanto, falar de memória e identidade é, ao mesmo tempo, falar de sentimentos e sensações que permeiam o indivíduo. A memória e a identidade

materializam-se no meio social assumindo perspectivas individuais, coletivas e contribuições para o processo de construção de si para o outro.

No contexto linguístico, a língua desempenha um papel central nessa conexão. Assim, as disputas pela memória nacional refletem na escolha de palavras e narrativas originárias de determinados povos para a transmissão dessa memória coletiva. Biderman (2002, p. 69) ressalta que “os escritores românticos, sobretudo José de Alencar, reivindicavam para os brasileiros autonomia linguística, cultural e literária”. Nessa perspectiva, havia a preocupação em construir a identidade brasileira, usando os léxicos africano e indígena para serem a base da independência linguística do Brasil.

Diante desses esforços, a identidade linguística do Brasil tornou-se motivo de orgulho no século XIX, visto que exibia diferenças lexicais entre o PP e o PB. No ano de 1500, os portugueses chegaram ao Brasil com sua bandeira, língua e religião. Assim, a língua portuguesa foi imposta aos indígenas como um dos principais aspectos de soberania do português em terras brasileiras. No século XIX, o Brasil passou por momentos delicados que traziam à tona questões como disputa de poder. Além disso, o século XIX é importante para a compreensão da organização social e a construção de símbolos que representavam a identidade da nação brasileira.

ANÁLISE DA GRAMÁTICA

No século XIX, as gramáticas começaram a priorizar palavras africanas e indígenas para exaltar as diferenças entre o PP e o PB. A obra *Noções de gramática portuguesa*, escrita pelos professores Manoel Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), era um desses manuais didáticos que apresentavam marcas de nacionalismo por meio de exemplos dessa língua. A gramática é organizada em 46 lições, com 537 páginas, abordando semântica, sintaxe, morfologia, etimologia e ortografia. A obra possui uma apresentação na qual os autores afirmam que seguem os conteúdos para os exames preparatórios, tendo como objetivo auxiliar os alunos a ter uma fonte para estudar. Silva Junior e Andrade (1887, p. 316) apontam que “de várias origens são os nossos vocabulários, como veremos na lição seguinte: o grego, o punico, o gótico, o árabe, o francês, inglês, alemão, africano, o brasileiro (tupy, abanhaenã)”. Além das influências do latim, grego e árabe, os autores destacam explicitamente

elementos linguísticos nativos do Brasil, incluindo a influência das línguas indígenas. Isso ressalta uma abordagem mais abrangente da formação da língua portuguesa no contexto brasileiro. Os autores admitem as várias línguas que contribuíram para a formação da língua portuguesa e consideram o tupy e o abanhaenã como língua brasileira, ressaltando a pluralidade linguística que já existia no país antes de os lusitanos aportarem no Brasil.

Na lição 22, denominada “Lição da constituição do léxico português-língua que maior contingente forneceram ao vocabulário português”, os autores tratam das línguas que contribuíram para a formação do léxico do português, inclusive afirmam que a maioria das palavras africanas encontradas no português são de origem do Congo. Essas palavras evidenciam a contribuição cultural e linguística desses povos, enriquecendo o léxico e revelando a herança africana que perdura na língua falada no Brasil. Essa abordagem oferece uma perspectiva valiosa sobre a diversidade linguística e cultural que moldou a língua portuguesa no contexto brasileiro. É importante salientar que, em 1887, os contextos social e racial eram diferentes da atualidade. A escravidão ainda era uma realidade no Brasil, e a população afrodescendente era marginalizada e silenciada. Nesse contexto, o reconhecimento da contribuição africana para a língua portuguesa era um passo crucial para a valorização da cultura afro-brasileira. Diante disso, iniciamos nossas análises com palavras de origens africanas evidenciadas por Silva Junior e Andrade (1887) na lição 22: gimbo, benzê, banza, batuque, cacunda, calunga, cangerê, catinga, caxeringueguê, jongo, lundu, macaco, malungo, moleca, marimba, mandiga, mulambo, quegila, quiabo, samba, cumbuca, senzala, sova, urucungo, zanga, zumbi, zungú, camundongo, colunga, pucumam, picumam, muximiga.

As palavras inseridas na obra oferecem um vislumbre revelador da presença marcante de termos de origem africana na linguagem do Brasil, no século XIX. Silva Junior e Andrade (1887, p. 330) afirmam que “na linguagem do Brasil muito frequente é ainda hoje o emprego de termos do elemento africano, que aparece também, – ainda que raro –, nas canções populares [...]”. Essa assertiva evidencia que, no século XIX, as diferenças entre o PP e o PB já eram expressas no material didático. Os autores garantem que o português deriva do latim, grego e árabe, além dos elementos linguísticos típicos do Brasil. A afirmação dos autores destaca a continuidade dessas influências linguísticas na época em que a gramática foi produzida. Essa presença não se limitava apenas à linguagem formal, mas também se estendia às canções populares, indicando uma integração significativa na cultura e na expressão cotidiana. Esses termos,

muitos dos quais são ainda hoje parte integrante do vocabulário brasileiro, evidenciavam a riqueza linguística. Silva Junior e Andrade (1887) apresentam palavras típicas dos povos originários do Brasil: capoeira, Tijuca, Itapuca, sabiá, pacova, jequitibá, jacarandá, Piauí, Pará, Paraná, Nictheroy, tupy, abanhaenã, maracá.

As palavras indígenas são apresentadas de maneira recorrente na gramática. Essa inclusão demonstra uma consciência e valorização das diversas origens que moldaram a língua do Brasil. Os autores abordam sintaxe, morfologia, ortoepia e fonologia utilizando nomes de lugares. Esses topônimos não apenas desempenham um papel prático na identificação geográfica, mas também são testemunhos etimológicos da presença e influência indígena na língua brasileira. A utilização de palavras indígenas não se limitava a uma simples exposição de regras gramaticais, mas servia para contextualizar o ensino, tornando-o mais envolvente, e, ao mesmo tempo, incutia o orgulho das origens linguísticas brasileiras.

Ainda na 22 lição, Silva Junior e Andrade (1887, p. 330) ressaltam que:

[...] São muitíssimos os vocábulos que da língua tupy ou abanaenga figuram no nosso léxico: – *cabiúna*, *caboclo*, *cacique*, *capoeira* (mato tenue, ave), *cuia*, *embi-ra*, *pagé*, *taba* (aldeia), *borê*, *maracá* (instr. mus.), *igara* (canôa feita de um tôro) [...].

As palavras indígenas citadas como exemplos ilustravam os conceitos gramaticais e funcionavam como símbolos de uma herança cultural que os autores reconhecem e valorizam. Esse enfoque contribui para integrar aspectos linguísticos com a história e a cultura do Brasil, promovendo assim um maior entendimento e apreciação das origens da língua portuguesa no contexto brasileiro. Assim, apresentamos as palavras indígenas usadas na obra como exemplo para conceituações: *cabiúna*, *caboclo*, *cacique*, *capoeira*, *cuia*, *embi-ra*, *pagé*, *taba*, *borê*, *maracá*, *igara*, *tanajura*, *zarabatana*, *tacape*, *tangapema*, *acanguape*, *onduapes*, *metera*, *avucara*, *curare*, *caipora*, *caa-para* (Silva Junior; Andrade, 1887).

A gramática utiliza palavras de origem indígena como parte da língua-padrão, visto que estava em um material didático nacional, citadas como algo exclusivo dos brasileiros. Além disso, a inclusão desses exemplos na gramática destaca a importância de preservar e reconhecer as contribuições indígenas para a construção da identidade linguística brasileira. Silva Junior e Andrade (1887, p. 330) ressaltam que “na ichtiologia, ornithologia, e na flora, etc. muito

enriqueceu o elemento brasílico o nosso vocabulário”, destacando a contribuição positiva do elemento linguístico indígena para o enriquecimento do vocabulário brasileiro. A inclusão dessas palavras não apenas reforça sua aceitação, mas também reconhece seu papel fundamental em áreas específicas, como ictiologia (estudo dos peixes), ornitologia (estudo das aves) e flora brasileira. Além disso, os autores vão além ao citarem nomes de frutas, animais e árvores típicos do Brasil com nomenclatura nativa.

Dando continuidade, Silva Junior e Andrade (1887) apresentam ao longo da gramática palavras do bioma brasileiro, demonstrando como o conhecimento nativo foi integrado ao ensino, com palavras como: abacaxi, abacate, Arara, taquararussú, capim, caju, caroba, gerimum, sipó, guaxima, embira, jabuticaba, peroba, jacarandá, poava, pita, pitanga, sapucaia, tapioca, carapicú, acar, corococo, mandy muçum, inhambu, araponga, peri, poca, sica, urubu galuramo, jacú, socó, capivara, gya, gyboia, mico, maribondo, mutuca, paca, surucucu, tamanduá. Essas palavras indígenas da flora brasileira enriqueceram ainda mais o léxico da língua materna.

A memória linguística indígena é preservada no Brasil por vários fatores, como os nomes que nomeiam aspectos da flora nacional. Os recursos linguísticos dos povos indígenas representam o conhecimento ancestral, sabedoria acumulada ao longo de milhares de anos sobre as propriedades medicinais, as culinárias e as plantas. A visão de mundo e a relação com a natureza estão presentes nos nomes dos lugares e na resistência cultural dos povos indígenas à colonização e à assimilação cultural. Silva Junior e Andrade (1887, p. 331) salientam que “também crescidíssimo é o numero dos nomes locais no Brazil”. Diante disso, apuramos os seguintes nomes de algumas localidades brasileiras de etimologia indígena: Andaray, Ararype, Aracajú, Caçapava, Baependy, Capanema, Cabuçú, Carioca, Ceará, Culumby, Icarahy, Itapuca, Pernambuco, Tijuca, Catette (Silva Junior; Andrade, 1887).

Fica evidente que a memória e a identidade do povo indígena conduziram o Brasil a desenvolver suas próprias características linguísticas. Ao reconhecerem o português do Brasil como uma entidade linguística única, os autores enfatizam a autonomia e a identidade linguística do povo brasileiro. Essa conscientização e valorização das influências desses povos na língua portuguesa são motivos de orgulho. Nossas análises revelam que, na segunda metade do século XIX, as palavras de origem africana e indígena contribuíram para moldar a identidade nacional brasileira, destacando a relevância da linguagem

como instrumento simbólico da afirmação cultural de uma nação. Constatamos que a obra *Noções de grammatica portugueza* contribuiu para essa perpetuação do conhecimento linguístico desses povos ao apresentar elementos culturais e linguísticos presentes em diversos aspectos da vida social brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o século XIX no Brasil foi marcado por significativas transformações políticas e educacionais. Nesse contexto, fomentava um sentimento nacionalista, influenciado pelas línguas indígenas e africanas na língua portuguesa, moldando o idioma e sendo utilizado como instrumento para distinção linguística da época. A análise da obra *Noções de grammatica portugueza* revela a importância crucial da influência africana na evolução da língua portuguesa no Brasil. Essa influência não é apenas um elemento linguístico, mas também um legado cultural e histórico que merece ser valorizado e preservado. Além disso, a língua, conforme evidenciada no *corpus* da obra, desempenhou um papel vital na preservação da memória e identidade do povo brasileiro.

Os elementos “brasílicos” presentes na gramática, que abrangem aspectos da flora, da fauna e dos nomes de lugares, refletem a riqueza linguística desses povos. Silva Junior e Andrade (1887) demonstram uma valorização das línguas africanas e indígenas com uma descrição detalhada de vocabulários, expressões e construções gramaticais específicos do PB, e isso indica o orgulho da identidade linguística brasileira e mostra como essas línguas alicerçaram a identidade linguística brasileira.

Assim, a gramática constata que os elementos culturais e linguísticos desses povos contribuem significativamente para a construção contínua da memória e identidade linguística do Brasil. Essa compreensão atesta que preservar e celebrar a diversidade linguística que moldou o país ao longo dos séculos precisa ser respeitado. Além disso, os autores reconhecem a influência africana e indígena como parte da formação cultural do país, e não como um desvio do PP. Mediante isso, podemos concluir que o estudo histórico da língua portuguesa apresentado em gramáticas como a de Silva Junior e Andrade (1887) se torna essencial para a compreensão da identidade linguística do Brasil.

Identity memories in the 19th century grammar: a historiographic investigation

Abstract

This study aims to identify the indigenous and African identity linguistic in the grammar *Noções de grammatica portugueza*, by Silva Junior and Andrade (1887). The adopted methodology follows the principles of linguistic historiography as outlined by Koerner (1996). The theoretical framework revolves around Pollak (1992), Nora (1993), Biderman (2002) and Hall (2006). It was observed that in the second half of the 19th century, words of African and indigenous served as tools to shape the Brazilian national identity, emphasizing the significance of language as a symbolic instrument for a nation.

Keywords

Linguistic historiography. Memory. Identity.

REFERÊNCIAS

- BIDERMAN, M. T. C. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP; Campinas: Pontes, 2002. p. 65-82.
- BOTO, C. *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- FIORIN, J. L. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 2009.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KOERNER, K. Questões que persistem em historiografia linguística. Tradução: Cristina Altman. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, n. 2, p. 45-70, 1996.
- LEITE, M. Q. A gramática brasileira do século XIX. *Confluência*, Rio de Janeiro, v. 48, p. 71-93, 2015.

- MARTINS, N. S. A. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1998.
- NEVES, M. L. B. P. Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 47-64, 2002.
- NOGUEIRA, S. M. *Língua portuguesa no Maranhão do século XIX sob o enfoque historiográfico*. São Luís: Uema, 2015.
- NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- SILVA JUNIOR, M. P. da; ANDRADE, L. de. *Noções de grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo, 1887.
- SOUSA, O. T. de. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972.
- TOPIK, S. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- VIDAL NETO, J. B. C. *A grammatica portugueza, de Julio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão do português no Brasil*. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.